

Retratos da Escola, rumo à Conape *e contra a privatização da educação*

Lançamos este número da *Retratos da Escola* ao final de um ano difícil, marcado no cenário nacional pelos desdobramentos do Golpe de Estado de 2016. Este foi, para muitos, um ano de lutas contra ataques à democracia, à liberdade de expressão política e social, ao desmonte de avanços nas políticas sociais e na educação em particular. Não podemos desistir de seguir em frente e buscar caminhos para que possamos fazer valer nosso projeto educacional.

A luta por uma educação pública universal, laica, inclusiva, gratuita, socialmente referenciada e de qualidade, da primeira infância até a pós-graduação, é fundamental para a construção de uma realidade menos injusta e mais solidária do que a que estamos vivendo. Entidades da sociedade civil, entre as quais a CNTE, vêm se empenhando em discutir os rumos educacionais necessários à transformação desejada. Com esse objetivo, foram organizadas as Coned e posteriormente, as Conae de 2010 e 2014 - estas últimas com apoio do governo.

Para 2018, estava prevista a realização de uma nova Conae, coordenada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), o qual foi descaracterizado pelo atual governo por meio de exclusões autoritárias e inclusões de novas entidades, de acordo com interesses da nova ordem antidemocrática. As entidades excluídas do FNE, reunidas em um Comitê Nacional em Defesa da Educação, decidiram promover a Conferência Nacional Popular de Educação, Conape-2018, que dará continuidade às iniciativas anteriores, tendo como meta garantir o aperfeiçoamento e a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), a implantação de um Sistema Nacional de Educação que possibilite o fortalecimento da educação pública e a regulamentação do ensino privado. Coletivamente, pretende-se traçar os rumos da resistência ao desmonte em andamento. A Revista *Retratos da Escola*, que sempre foi e continua sendo um espaço no qual podemos colocar em pauta os importantes debates na área da educação pública, acompanha o movimento crítico a uma ordem antidemocrática especialmente escancarada com o ajuste fiscal promovido pela Emenda Constitucional 95 e consequente inobservância deliberada do MEC às metas do PNE, além de outras políticas restritivas de direitos.

É neste contexto que na *Retratos da Escola*, os leitores e leitoras irão encontrar além dos artigos da seção Espaço Aberto, e o habitual documento da CNTE, um Dossiê intitulado *Privatização da e na educação: Projetos societários em disputa*, organizado por Vera Peroni e Leda Scheibe. Através dele buscamos fechar o ano de 2017 respondendo a um dos grandes desafios ora em pauta: o processo de privatização indiscriminada da (e na) educação que atinge os níveis básico e superior do ensino. A educação básica, particularmente, vem passando por intensos ataques dos projetos de mercantilização, tanto da estrutura financeira-organizacional dos sistemas de ensino e das escolas, como na sua concepção curricular. Como resultado, cada vez mais os direitos educacionais encontram-se submetidos à lógica do mercado e do capital.

A Seção Espaço Aberto, traz artigos que a nós chegaram por meio do fluxo contínuo. Nesta edição inicia com o texto enviado por Allan Solano de Souza e Antonio Cabral Neto, intitulado, *A nova gestão pública em educação; estratégico como instrumento de responsabilização*. O texto toma como objeto de estudo a Rede Municipal de Ensino de Mossoró-RN no contexto da nova gestão pública, revela determinados problemas educacionais e caminhos para repensar as ações do sistema municipal de educação e da rede de escolas, mediante debate público. O artigo seguinte, de Lucia Maria de Assis, *Funcionários administrativos: Um balanço crítico na educação básica* apresenta a trajetória política de formação dos funcionários e técnicos administrativos da educação básica no Brasil, até a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da Educação Básica, Resolução CNE/CES n. 2, de 13 de maio de 2016. Conclui pela proposição de uma formação acadêmica, em nível superior, que atenda às especificidades das funções que estes funcionários exercem nas escolas. Os dois textos que se seguem, referem-se à Lei Federal 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em escolas de educação básica, públicas e privadas, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996). O artigo escrito por Simone Barboza de Carvalho e Gisela Eggert Steindel buscou apreender como a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, através de suas Propostas Curriculares de 1998 e 2014, adequou-se a essa alteração, no artigo denominado *A LDB e suas alterações: reflexões sobre as normativas em Santa Catarina*. Rozalves de Lira e Maria do Carmo de Melo, no texto *Ensinar história com a religiosidade: afrodescendentes e a lei n. 10.639/03* ilustram aspectos da Lei que incluem o estudar e reconhecer como legítimas as formas do “sagrado” afrodescendente, garantindo sua ocorrência nas escolas, livre de estigmas e preconceito. O estudo, realizado com professores(as) de História da educação básica do município pernambucano de Goiana, indica desafios para a implantação da Lei e sinaliza para a necessidade de se rever a formação e as práticas dos professores, visando à construção de uma educação multicultural, que fortaleça a cidadania e o combate ao racismo e ao preconceito religioso. Luiza Helena Dalpiaz, no artigo intitulado *Orientação e formação do pesquisador no campo da educação*, desenvolve

um estudo importante para a formação do educador e o desenvolvimento da sua prática investigativa. Ressalta, sobretudo, a complementaridade da prática científica no processo formativo. Neste sentido, visando particularmente a formação do professor pesquisador ou do pesquisador que tematiza a área da educação, destaca uma metodologia que tem como centro a construção do problema da investigação. Dois artigos apresentados a seguir tematizam elementos da prática da educação física na escola. O primeiro, de Renata Beatriz Klehm, *Práticas avaliativas docentes em Educação Física escolar* analisa tais práticas e revela que é possível perceber hoje uma evolução conceitual, tanto no discurso quanto na prática destes professores, para uma avaliação mais qualitativa da aprendizagem dos alunos. Josiane Cristina Climaco, Claudio de Lira Santos Junior e Celi Nelza Zulke Taffarel, em *O trato com o conhecimento da dança na escola: trabalho pedagógico na formação do professor na Bahia*, apresentam um estudo voltado a subsidiar, em um curso de formação continuada para professores de Educação Física, o debate sobre o trato da dança no desenvolvimento das suas aulas. O estudo se justifica, segundo o texto, pela necessidade de problematizar a marginalização e as dificuldades enfrentadas pelos professores da disciplina quando trabalham com o conhecimento da dança.

O volume se encerra com o Documento da CNTE, que volta à temática de nosso Dossiê, com o texto *A privatização da educação no contexto do golpe institucional no Brasil*.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura.

Leda Scheibe
EDITORA